

RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.997 - SP (2015/0230850-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : TELMA ROCHA RODRIGUES
ADVOGADOS : AYRTON MENDES VIANNA E OUTRO(S) - SP110408
THIAGO RAMOS VIANNA - SP147936E
RECORRIDO : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983
DENIS ATANAZIO E OUTRO(S) - SP229058
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA ACÓRDÃO QUE MANTÉM A DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA AGUARDAR DECISÃO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por TELMA ROCHA RODRIGUES, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, nos termos da ementa transcrita (fls. 817):

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. ECONOMIA PROCESSUAL. SOBRESTAMENTO.

1. O reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal não impõe o imediato sobrestamento dos processos em andamento no Superior Tribunal de Justiça. 2. A jurisprudência do STJ entende que, por medida de economia processual e para evitar decisões conflitantes, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional justifica o sobrestamento dos Recursos Especiais que tratem da mesma questão jurídica a ser definida pelo STF (artigos 543-B do Código de Processo Civil de 1973 e 1.036 do Código de Processo Civil vigente). 3. "O ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória, por isso se trata de provimento irrecorrível" (RCD no REsp 1506883/DF, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4.9.2018, DJe 10.9.2018).
4. Agravo interno a que se nega provimento.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 829-835), sustenta a recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido violou o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Pretende a concessão de efeito suspensivo, nos termos do art. 995,

parágrafo único, do Código de Processo Civil.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 841-856.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o Relator do agravo em recurso especial objeto deste apelo extremo, ao constatar a existência de repercussão geral da controvérsia em exame, determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, onde deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, a depender da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 827.996/PR (fls. 764).

Interposto agravo interno, o Colegiado negou provimento ao fundamento de que não havia conteúdo decisório na providência.

Dá o manejo deste recurso extraordinário, manifestamente incabível, a meu ver.

Com efeito, o recurso extraordinário pressupõe que a causa esteja decidida, o que não se verifica quando é determinado o sobrestamento do feito a fim de se aguardar a orientação da Suprema Corte sobre a matéria.

Assim, a admissibilidade deste apelo subverteria a lógica do julgamento das demandas repetitivas, que prevê a possibilidade de suspensão dos processos.

Ante o exposto, nos termos do art. 22, § 2º, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não conheço** do recurso extraordinário.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente